

“Milícia digital”, diz Gonet sobre o núcleo 4 da ação

Os sete réus começaram a ser julgados nesta terça-feira

Por Sabrina Fonseca

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, nesta terça-feira (14), o núcleo 4 da trama golpista, composta por sete réus, responsáveis, segundo a acusação, pelas ações de desinformação, atuando na produção e compartilhamento de fake news sobre o sistema eleitoral brasileiro e ataques institucionais em torno das eleições de 2022.

A abertura do julgamento foi feita pelo ministro Flávio Dino – novo presidente da Primeira Turma da Corte, que sucedeu o ministro Cristiano Zanin. Logo após, a palavra foi passada para o relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes. Ao apresentar o seu relatório, Moraes sustentou que os indícios probatórios apontam para uma rede organizada de agentes civis e militares com atuação coordenada para propagar narrativas falsas e deslegitimar a Justiça Eleitoral.

O ministro ainda disse que a organização criminosa foi composta, em sua maioria, por integrantes do governo de Jair Bolsonaro (PL) e por militares das Forças Armadas para depor contra o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), eleito à época.

“A organização criminosa foi composta em sua maioria por integrantes do governo federal da época e por militares das Forças Armadas, com o claro objetivo de depor o governo legitimamente eleito”, disse o relator.

Já o Procurador-Geral da República (PGR) Paulo Gonet, pediu a condenação, declarando que o grupo agia como uma



Rosinei Coutinho/STF

Gonet pediu a condenação de todos os integrantes do núcleo 4

“milícia digital” para promover narrativas falsas sobre o sistema eleitoral brasileiro. Gonet disse também que os réus utilizaram “estrutura do Estado” para praticar “guerra informacional” contra instituições, e que suas ações eram essenciais para o plano golpista.

Logo após, as defesas dos réus pediram a absolvição de seus clientes, afirmando que não há provas suficientes. Como por exemplo, o advogado de Guilherme Almeida, que disse que seu cliente apenas redirecionou links em ambiente privado militar, sem envolvimento estratégico no plano. Já o defensor do ex-coronel da reserva do Exército, Reginaldo Vieira de Abreu, disse que não há prova de que ele tivesse ciência completa dos documentos que imprimiu ou que participou de reuniões decisórias sobre a trama golpista.

Os réus

Os réus do Núcleo 4 são :

Ailton Gonçalves Moraes Barros, ex-major do Exército; Ângelo Martins Denicoli, major da reserva do Exército; Carlos César Moretzsohn Rocha, engenheiro e presidente do Instituto Voto Legal; Giancarlo Gomes Rodrigues, subtenente do Exército; Guilherme Marques de Almeida, tenente-coronel do Exército; Marcelo Araújo Bormevet, agente da Polícia Federal e ex-membro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e Reginaldo Vieira de Abreu, coronel da reserva do Exército.

De acordo com a acusação da PGR, eles teriam cometido os seguintes crimes. Abolição violenta do Estado Democrático de Direito: tentativa de, com violência ou grave ameaça, eliminar o Estado Democrático e impedir o funcionamento dos poderes constitucionais; pena: quatro a oito anos. Golpe de Estado: tentativa de derrubar o governo legítimo por meio de violência ou ameaça; pena:

quatro a 12 anos. Organização criminosa: criar, financiar ou integrar grupo com quatro ou mais pessoas para obter vantagem por meio de crimes; pena: três a oito anos. Dano qualificado: destruir ou danificar bem da União com violência ou grande prejuízo; pena: seis meses a três anos. Deterioração de patrimônio tombado: danificar bem protegido por lei ou decisão judicial; pena: um a três anos.

Próximos passos

O STF havia reservado, além do dia 14, mais três datas para concluir o julgamento – nos dias 15, 21 e 22 de outubro. No entanto, o ministro Flávio Dino cancelou a sessão que se daria hoje (15), porque, de acordo com ele, o processo está adiantado. A expectativa é que o colegiado retorne no dia 21 com o voto do relator, Alexandre de Moraes, e dos demais membros da corte, além da dosimetria das penas.

Vieira e Rubio devem se encontrar ainda nesta semana

Por Gabriela Gallo

Após um telefonema entre o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos Estados Unidos da América (EUA), Marco Rubio, na última semana, o encontro presencial entre as autoridades deve ocorrer nesta semana. Nesta terça-feira (14), o chanceler brasileiro desembarcou em Washington, capital estadunidense para se encontrar com Rubio. Nos bastidores, a expectativa é que a conversa entre eles aconteça nesta quinta-feira (16), porém, a data ainda não foi confirmada. A reportagem questionou o Itamaraty sobre a data agendada para o encontro entre Vieira e Marco Rubio, mas até o fechamento da reportagem, não obteve retorno.

Após acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Itália, Mauro Vieira saiu de Roma e seguiu direto para os Estados Unidos. Ele acompanhou o chefe de Estado brasileiro no discurso de Lula para o Fórum Mundial da Alimentação, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), na segunda-feira (13).

A conversa entre os representantes internacionais de seus respectivos países é o primeiro movimento para preparar o terreno para as conversas entre Lula e o presidente dos Estados



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Mauro Vieira já está em Washington

Unidos, Donald Trump (República). Os chefes de Estado chegaram a realizar uma videoconferência no dia 6 de outubro. Em uma conversa cordial de 30 minutos entre os presidentes, ele trataram sobre assuntos de interesse entre as nações – especialmente as tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros e medidas restritivas contra autoridades brasileiras.

Na ligação, Lula e Trump definiram que ambos se encontrarão presencialmente nos países um do outro – ou seja, Lula irá aos Estados Unidos e Trump visitará o Brasil. Mas, antes

desse encontro, o presidente estadunidense designou Marco Rubio para dar sequência às negociações com o chanceler brasileiro e com o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio do Brasil, Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Tom cordial

Por enquanto, os representantes de ambos os países americanos mantêm um tom cordial e ameno, visando um acordo que possa melhor atender os interesses do Brasil e dos Estados Unidos. Em entrevistas anteriores, tanto Haddad quan-

do Alckmin defenderam que as tarifas de 50% na exportação de determinados produtos brasileiros aos EUA (como carnes, café, mel, frutas e verduras) também tem prejudicado os cidadãos norte-americanos.

Também nesta terça-feira, Donald Trump citou o Brasil com um exemplo de país que está se alinhando aos Estados Unidos e voltou a dizer que teve “uma boa conversa” com Lula quando eles se encontraram em evento na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao lado do presidente da Argentina, Javier Milei – que viajou para Washington para negociar uma ajuda financeira dos EUA para a Argentina –, Trump disse que não precisava ajudar os países da região mas julgou importante fazê-lo em apoio ao continente americano.

“Se a Argentina for bem, outros vão seguir o exemplo. E muitos outros já estão seguindo”, disse Trump que, logo em seguida, citou o Brasil possível país sul-americano que pode estar indo para o lado dos Estados Unidos.

Vale lembrar, contudo, que Lula mantém boas relações comerciais e diplomáticas com a China – que vem sendo alvo dos Estados Unidos das políticas protecionistas – e o presidente brasileiro não cogita cortar relações com a país asiático, tampouco mudar as negociações do Brics em não depender mais do dólar.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Lula com o advogado-geral, favorito para o STF

Apoiado por Alcolumbre, Pacheco ameaça Messias

Favorito para assumir a cadeira que será deixada pelo ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal, o advogado-geral da União, Jorge Messias, que se cuida.

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) embarcou de cabeça na campanha para que Lula indique o seu antecessor no comando da Casa, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A tabelinha entre os dois não começou agora — Pacheco foi o sucessor de Alcolumbre ao fim da primeira passagem deste pelo cargo.

O presidente do Senado já deu provas de jogar pesado na defesa de seus interesses. Este ano, chegou a demorar oito meses para colocar em votação indicações do governo para cargos em agências reguladoras e tribunais.

Tempo de Davi

Dono da pauta do Senado, Alcolumbre não se constrange nem um pouco em jogar com o tempo para, assim, conseguir que o governo atenda suas muitas demandas — que incluem a indicação de aliados para cargos estratégicos na estrutura do governo.

Credor

As sucessivas crises do Planalto com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), reforçam o papel de Alcolumbre e aumentam seu crédito junto ao governo. Ele mandou arquivar a PEC da Blindagem e cozinha em fogo baixo a proposta de redução de penas.

Instagram de Davi Alcolumbre



Reunião com Fachin, Alcolumbre e Pacheco

Governo tenta negociar prêmio de consolação

No início desta semana, Alcolumbre carregou Pacheco para uma reunião com o presidente do STF, Edson Fachin, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. O encontro não era para tratar da vaga de Barroso, mas o presidente do Senado tratou de mostrar quem é seu candidato.

Messias segue como

favorito. O Planalto tenta costurar uma solução que leve Pacheco para o Tribunal de Contas da União. A vaga na AGU também ficaria disponível para ser negociada.

O problema vai ser convencer Alcolumbre a aceitar um prêmio de consolação. É certo, porém, que nada será feito sem sua aprovação.

Vale tudo

A apreensão, ontem, no Aeroporto de Salvador, do celular do deputado Dal Barreto (União-BR) é mais um capítulo de uma conhecida novela: o governo, mais uma vez, vai jurar que não tem nada a ver com as ações da Polícia Federal, o que será contestado pela oposição.

Sequência

A nova etapa da Operação Overclean, que trata do desvio de emendas parlamentares, foi deflagrada dias depois da derrubada pela Câmara da MP dos impostos e na sequência da retaliação do Planalto: a demissão de indicados por deputados que votaram contra o Planalto.

Apostas

A aposta agora na Câmara é em torno do comportamento dos partidos do Centrão, os principais alvos da ira do governo. Este acredita que o puxão de orelhas e as ameaças vão levá-los de volta para a base; a oposição avalia que ganhará novos e importantes aliados.

Triangulação

Exportadores brasileiros ainda não entenderam o porquê de os Estados Unidos não terem incluído automóveis na lista de produtos sobretaxados — afinal, o Brasil não vende carros para eles. Há o receio de nosso país virar barriga de aluguel para automóveis chineses.